

HABEAS CORPUS Nº 493.999 - DF (2019/0046278-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : KELLY FELIPE MOREIRA E OUTRO
ADVOGADOS : KELLY FELIPE MOREIRA - DF034079
THIAGO CHAVES DA ROCHA - DF052725
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : MIQUEIAS JESUS DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MIQUEIAS JESUS DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no julgamento do HC n. 0721058-22.2018.8.07.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, I, IV e V, do Código Penal (homicídio qualificado). Em 27/0/2018 o Ministério Público ofereceu denúncia, requerendo a condenação. Na resposta à acusação, a defesa postulou a revogação da prisão ou a fixação de medidas cautelares diversaS da prisão, o que foi indeferido. A defesa requereu ainda a prisão domiciliar, sob o argumento de que o paciente possui uma filha de 4 anos de idade, que está sob seus cuidados.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 123):

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. ORDEM DENEGADA.

1. A gravidade em concreto da conduta, retratada pelo seu modus operandi, induz prognose fundada de periculosidade latente, apta a justificar a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública.

2. A prisão preventiva com fundamento na conveniência da instrução criminal se justifica quando há receio fundado de risco às testemunhas do processo.

3. A substituição da segregação por recolhimento

domiciliar, nos termos do art. 318, inciso V, do CPP, não se satisfaz apenas com a comprovação da paternidade do acusado, sendo necessário ainda o juízo de adequação e pertinência da medida alternativa.

4. Ordem denegada.

No presente *writ*, o impetrante sustenta que o decreto de prisão não está devidamente fundamentado. Aduz que a prisão só é cabível quando configurada a insuficiência das demais medidas cautelares.

Alega que "*os argumentos utilizados para a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública, ao trilharem no sentido de buscar demonstrar a periculosidade do paciente, carecem de fundamentação idônea, porquanto inexistem elementos suficientes a caracterizar a necessidade da constrição cautelar sob o enfoque: para garantia da ordem pública.*" (fl. 20).

Quanto à substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, afirma que é difícil comprovar ser o paciente o único a cuidar da filha menor e que o STF já concedeu prisão domiciliar a avós que detinham a guarda dos netos.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela concessão da liberdade ao paciente até o deslinde da instrução processual e pela aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

